

ATA DA QUADRAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 16-9-2020.

---

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Idenir Cecchim, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Professor Wambert e Ricardo Gomes. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo nos 020 e 092/20 (Processos nos 0057 e 0240/20, respectivamente), de autoria de Cassiá Carpes; o Projeto de Lei do Legislativo nº 096/20 (Processo nº 0249/20), de autoria de Paulo Brum; os Projetos de Resolução nos 015, 017 e 018/20 (Processos nos 0267, 0273 e 0274/20, respectivamente), de autoria de Ramiro Rosário. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Janta, Adeli Sell, Roberto Robaina e Prof. Alex Fraga. Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 003/20 (Processo nº 0017/20), após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, Roberto Robaina, Adeli Sell e Cláudio Janta. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 003/20, por trinta e quatro votos SIM e dois votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Mauro Pinheiro e Ramiro Rosário. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 003/20, por trinta e três votos SIM e dois votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo

Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Mauro Pinheiro e Ramiro Rosário. Foi aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 003/20, por trinta e três votos SIM e três votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Airtto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Cláudio Conceição, Mauro Pinheiro e Ramiro Rosário. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 003/20, por trinta e cinco votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Airtto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/20 (Processo nº 0196/20), após ser discutido por Adeli Sell, Valter Nagelstein, Roberto Robaina, Mauro Zacher, Airtto Ferronato, João Carlos Nedel, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Idenir Cecchim e Engº Comassetto e encaminhado à votação por Prof. Alex Fraga e Felipe Camozzato. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/20, por trinta e dois votos SIM, um voto NÃO e uma ABSTENÇÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Airtto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Roberto Robaina, votado Não Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Lourdes Sprenger. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/20, por vinte e seis votos SIM, cinco votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Airtto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina, votado Não Cláudio Conceição, Mauro Pinheiro, Professor Wambert, Ramiro Rosário e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Lourdes Sprenger. Foi rejeitada a Emenda nº

03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/20, por onze votos SIM, vinte votos NÃO e duas ABSTENÇÕES, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher e Paulinho Motorista, votado Não Airtto Ferronato, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Karen Santos, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Idenir Cecchim e Lourdes Sprenger. Foi rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/20, por dois votos SIM, vinte e nove votos NÃO e duas ABSTENÇÕES, tendo votado Sim Idenir Cecchim e João Carlos Nedel, votado Não Adeli Sell, Airtto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Roberto Robaina e optado pela Abstenção Lourdes Sprenger e Mônica Leal. Foi rejeitada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/20, por um voto SIM, trinta e dois votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, tendo votado Sim Airtto Ferronato, votado Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Lourdes Sprenger. A seguir, por solicitação de João Bosco Vaz, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Fernando Vieira. Foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/20, por quinze votos SIM e vinte votos NÃO, tendo votado Sim Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Airtto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Às dezoito horas e dezesseis minutos, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 001/20. Às dezoito horas e dezessete minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos

foram presididos por Reginaldo Pujol. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Boa tarde a todos. Primeiro dos atos, solicito ao nosso diretor legislativo que, por gentileza, promova a chamada dos senhores vereadores, verificando a existência de quórum legal para a abertura dos trabalhos. Com a palavra, o nosso diretor legislativo Luiz Afonso.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Muito bem, Sr. Presidente. Façamos então a verificação de quórum para a 49ª Sessão Ordinária. (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e cinco vereadores presentes.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Há matéria a ser apregoada?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sim, Sr. Presidente. (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Informados do material do expediente encaminhado à Mesa, devidamente apregoado, estamos iniciando propriamente a nossa reunião ordinária da Câmara Municipal de Porto Alegre. Na Ordem do Dia, teremos três projetos possíveis de serem examinados pelos integrantes da Casa. Sendo uma quarta-feira, dia especial de votação, eu consulto os Srs. Vereadores sobre a existência de alguma manifestação prévia. Caso não exista, eu acredito que temos condições de ingressar direto na Ordem do Dia, se assim for o entendimento da Casa. Se não houver nenhuma manifestação em contrário, eu peço que seja feita nova chamada para a abertura da Ordem do Dia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Presidente, o Ver. Cláudio Janta sinaliza.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Boa tarde a todos e a todas. Eu falo aqui em nome do meu partido, o Solidariedade. Hoje deve iniciar na Assembleia Legislativa um debate sobre a nova planta, sobre a nova matriz tributária, um novo projeto de aumento de impostos que chega até o Rio Grande do Sul. É um projeto que prevê que produtos da cesta básica que tinham impostos zerados comecem a pagar 17%; um projeto que prevê que o gás de cozinha passe a ter em torno de 25% de impostos. Em um momento de dificuldade que vive a população do Rio Grande do Sul, um momento de dificuldade que vivem todos, é apresentado um projeto com o intuito de

novamente onerar a população do Rio Grande do Sul. Nós não aguentamos mais a sede, não aguentamos mais a arrecadação, não aguentamos mais a forma que os governos usam para governar. Todos têm soluções mirabolantes, todos têm soluções concretas, mas, quando chega a hora em que assumem o governo, voltam às velhas táticas, sendo que a mais velha e mais nociva de todas é o aumento de impostos.

Não adianta mascarar, não adianta dizer que nós tínhamos cinco, seis alíquotas e que agora vamos ter duas ou três. Tem produtos que não pagavam impostos e que agora vão pagar impostos, isso é um aumento de imposto. São produtos da cesta básica, produtos de extrema necessidade para as famílias. A gente sabe como é que funciona, é um efeito cascata – aumenta ali, aumenta o frete, aumenta tudo, tudo, tudo. Nós não podemos continuar nessa velha política; ter uma roupagem de nova, mas vir para a velha política. Por que o governo não tenta cobrar os credores do Estado? Por que não faz isso? Por que o governo não faz o oposto do que fizeram outros estados já? Algumas coisas o governo gosta de copiar. Por que não faz oposto? Baixa alíquota e cobra das pessoas, cobra lá na fonte, cobra lá na saída, cobra lá dentro da fábrica, cobra lá no portão, cobra lá na distribuição; não fica essa monteira de notas zanzando no Rio Grande do Sul. A gente sabe muito bem como é que é, a nota fica embaixo do banco, sem data, sem nada; a fiscalização preenche a data, e aí vai indo. Por que não cobram lá na saída? Onerar de novo a população do Rio Grande do Sul, onerar as pessoas que têm carro velho e usam esse carro velho para fazer a sua renda, trabalhando com jardinagem, trabalhando com serralheria, trabalhando como pedreiro, trabalhando como ferramenteiro? Essas pessoas usam o seu carro velho como uma forma de exercer a sua profissão. Muitas vezes, as pessoas têm ali dentro desse carro as suas ferramentas, está lá o seu alicate, a sua solda, a sua colher de pedreiro, a sua pá. E aí nós vamos onerar essas pessoas, ao invés de primeiro vermos as condições de seus carros? Não vamos onerar essas pessoas – isso é inadmissível.

O nosso partido orientou a todos os municípios, está na ata dos candidatos a vereador do Solidariedade que nós não iremos votar, em hipótese alguma, aumento de impostos. É uma política do nosso partido. Nós não podemos mais onerar uma população que trabalha até a metade do mês de junho para pagar impostos; nós não podemos mais onerar uma população que ganha R\$ 1,9 mil e paga 7,5% de imposto renda; nós não podemos mais onerar uma população que não consegue comprar leite, que não consegue comprar o alimento da sua família, e que agora tem uma proposta de aumentar impostos sobre alguns produtos e colocar impostos sobre alguns produtos que compõem a cesta básica, que compõem a sustentabilidade das famílias; isso vai para energia elétrica, vai para a água e vai para tudo que uma família precisa.

Então, nós encaminhamos aqui, e aos colegas que possam intervir, que tenham relações com deputados na Assembleia Legislativa, de seus partidos, ou mesmo de outros partidos, que nós não podemos mais viver com isso. Nós somos parceiros do governo do Estado para cobrar seus credores; nós somos parceiros do governo do Estado para cobrar lá na saída, lá no portão das empresas; agora, o que não pode mais é onerar esse povo trabalhador e sofrido do nosso Estado, que vem sofrendo muito com essa pandemia, perdendo milhares e milhares de empregos, e que tende esse projeto de

reajuste de impostos a gerar mais demissões, mais fechamento de empresas e onerar mais a população. Muito obrigado, Sr. Presidente, por disponibilizar o tempo ao meu partido.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Cláudio Janta. Registro a presença da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Boa tarde, colegas vereadoras e vereadores. Ontem fiquei sabendo que o Presidente nomeou o Sr. Bulhões, reitor de três votos, em desrespeito à autonomia universitária. Ao longo dos anos, as universidades brasileiras construíram um modelo de eleição de reitores, com a comunidade escolar, professores, funcionários e alunos. O Bulhões teve três votos, foi o terceiro colocado na lista. E agora a gente vê a sua nomeação; vai haver resistência, vai haver combates, vai haver questionamentos, porque está em jogo a democracia; a democracia e a autonomia das nossas universidades. Não bastassem os cortes que foram realizados ao longo desses últimos dois anos, nós estamos vendo agora o Presidente tomando essa atitude antidemocrática e ditatorial. É uma questão que nós temos que pensar na Câmara Municipal, seriamente, o que pode acontecer daqui para a frente no nosso País. Dias atrás lembrei do famigerado Decreto nº 477; lembrei das grandes cabeças pensantes que foram cassadas, várias e várias. Eu vou citar aqui o professor Fiori, por exemplo, poderia citar um rol de professores e de pensadores que foram cassados pelo Brasil inteiro afora. Num momento em que nós estamos no meio de uma pandemia, em que a universidade é o centro nevrálgico do pensamento e da pesquisa, nós vamos ter a indicação de um reitor de três votos.

Não bastasse isso, nós estamos agora numa discussão sobre a volta às aulas. Se os governos tivessem seguido os protocolos, segundo orientações da Organização Mundial da Saúde, talvez hoje, nós pudéssemos iniciar, lenta e paulatinamente, a volta às aulas. Do jeito que está, como será? Nós temos que ter, sim, esses cuidados. E a bancada dos vereadores do Partido dos Trabalhadores, com os vereadores Oliboni, Comassetto, Sgarbossa e eu, estamos nos somando à comunidade acadêmica da Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul, estamos nos somando às pessoas que trabalham na área da educação. E vejam como as coisas se ligam; dias atrás eu repeti, e hoje volto a repetir: o sistema CórteX, o processo do Ministério Público corre, e a SMED se cala, se cala porque estão capturando os dados de professores e de crianças até doze anos, o que afronta o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em todas as áreas nós estamos vendo essas afrontas; em todas as áreas! O governo municipal tem perdido, praticamente, todas as batalhas aqui nesta Câmara, bem como no Judiciário; quando vence alguma coisa no Judiciário, todos nós ficamos com os cabelos em pé, porque essas decisões também não traduzem a tradição do Judiciário do Rio Grande do Sul de um modo especial.

Nós estamos aqui na Câmara Municipal com a nossa pauta travada o tempo inteiro, porque o prefeito, no alto de sua postura ditatorial, como é a do secretário Adriano Naves de Brito, nos impõe pedidos sem justificativa alguma nos seus projetos, que não têm nenhuma necessidade de urgência. E, se tivesse urgência, o prefeito já teria dado passos e negociado com esta Câmara Municipal. Esta Câmara é um poder independente, como a universidade tem a sua autonomia. Esses princípios norteadores da democracia são fundamentais, e nós não vamos nos calar, vamos continuar a lutar, como se faz a boa luta. Não esmagando os adversários, como faziam os Castilhistas, mas os derrotando e tendo a altivez de reconhecer os adversários como adversários, porque uma democracia se constrói com o conjunto da população, com respeito à democracia e à dignidade humana, agindo com a boa-fé, caminhando nas trilhas da ética, com a força do direito nós vamos vencer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Adeli. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Boa tarde, diretor Luiz Afonso, vereadoras e vereadores. O Ver. Adeli já falou nesse assunto muito grave, que foi a nomeação desse professor, Bulhões, um ato absurdo do Presidente Bolsonaro. Absurdo, mas não surpreendente, pela natureza autoritária do seu governo, nomeou um professor sem o voto da comunidade escolar, um desrespeito à comunidade universitária, indicado por esse deputado, Bibó Nunes, uma coisa inacreditável que o Brasil está vivendo em termos de desrespeito na área da Educação. Eu quero ser solidário, eu sei que o movimento estudantil, os professores, a comunidade universitária fará um ato amanhã, e é importante que todos compareçam, quem defende, de fato, as liberdades democráticas deve participar.

Eu, na verdade, estou muito preocupado, pois hoje, pela manhã, eu fiz a entrega, junto com o Ver. Wambert e o Ver. Adeli, do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós pedimos ao Presidente Pujol que encaminhe o quanto antes esse relatório ao Ministério Público. Um relatório com muitas provas documentais, mostrando as ilegalidades do prefeito Marchezan na sua gestão. Nós estamos encaminhando esse tema. É lógico que agora nós temos, inclusive, na pauta, uma votação importante, porque é um prefeito que atacou o servidor público de um modo sistemático e agora quer, injustamente, se intrometer e se apropriar de uma poupança pública, uma poupança dos próprios servidores, no sentido de que é um órgão de controle dos servidores, que não teve a aprovação do Conselho do Previmpa para poder ter a utilização desses recursos; e o prefeito quer a utilização dele, e quer que a Câmara aprove.

Então, há muitas questões graves ocorrendo no Município, a CPI mostrou isso; esses ataques aos servidores são também demonstrativos. Temos também o tema

da volta às aulas que é muito grave, imagino que o nosso professor Alex vá falar em liderança de oposição sobre esse tema. Mas eu queria chamar a atenção dos vereadores e vereadoras para um tema que me preocupa muito, que é essa intromissão do Judiciário no processo da Comissão Processante, com relação ao *impeachment*. Agora nós tivemos uma decisão de um desembargador que parou o processo, novamente; o prefeito Marchezan, quando começamos com a CPI, dizia que não tinha medo da transparência, depois tentou boicotar o tempo inteiro os trabalhos da CPI, felizmente não conseguiu. Agora, com a Comissão Processante, ele está tentando novamente atrasar os trabalhos da Câmara que tem todo o direito e tem o dever, mais do que o direito, de fiscalizar e julgar os atos do prefeito, quando esses atos não são legais. E agora esse desembargador toma uma decisão de mandado de segurança – para mim, inacreditável, inclusive a imprensa disse que é algo inusitado –, determinando que o desembargador que acatou o pedido da Câmara, contra outra liminar que paralisava o processo de investigação do prefeito, refizesse o voto, reescrevesse o voto. Foi um voto muito bem dado, muito bem fundamentado. E chamo a atenção para esse desembargador, o Antônio Maria – eu confesso que gostaria muito que o Presidente da Câmara também tomasse a palavra sobre esse tema –, que, além de tentar atrasar, me chamou muito a atenção o fato desse desembargador ter sido vereador pelo PSDB. Eu realmente me surpreendi com isso e acho que a justiça, nesse caso, realmente, o desembargador está atuando muito mal. Além de ser uma intervenção indevida no processo da Câmara, a favor do prefeito, do PSDB, o desembargador era um desembargador que foi político do PSDB. Eu confesso que acho muito, muito estranho e muito ruim que os trabalhos da Câmara dos Vereadores sejam atrapalhados, porque eu acho que, nesse caso, é disso que se trata. A Comissão Processante, assim como a CPI, tem funcionado de modo regular, tem trabalhado de modo sério, conduzida pelo Ver. Hamilton. E os trabalhos dessa Comissão Processante devem ser levados adiante. Eu, politicamente, todos sabem que eu sou oposição, intransigente com o prefeito, porque acho que o prefeito tem um projeto autoritário, um projeto de ataque aos servidores públicos, de ataque aos pobres e, ao mesmo tempo, comete ilegalidades na sua gestão. E acho que a Câmara dos Vereadores tem o direito, mais do que o direito, o dever de julgar. E é disso que se trata esse apelo, esse chamado que eu faço aos demais vereadores para que a gente defenda a autonomia da Câmara dos Vereadores e faça toda a luta, inclusive, no terreno judicial para impedir que o prefeito trate de prorrogar esse processo de decisão que a Câmara tem obrigação de tomar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Roberto Robaina. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, colegas vereadores, Presidente Reginaldo Pujol. Eu gostaria de agradecer especialmente ao

nosso líder da oposição, o Ver. Aldacir Oliboni, pela possibilidade de utilização do tempo de liderança de oposição e, portanto, aqui represento os colegas das bancadas do PT e do meu partido PSOL. Eu gostaria de fazer uma manifestação a respeito da *live* que fez o prefeito Nelson Marchezan Júnior e os secretários de saúde e de educação na segunda-feira, falando sobre a proposta de retorno às aulas presenciais nas escolas de Porto Alegre. Eu fiquei bastante preocupado com algumas falas dos representantes do Executivo, em especial uma fala me chamou muita atenção, que foi a fala do secretário Pablo, secretário de saúde, que disse com estas palavras: existem indicadores que travam a mudança de bandeiras, como a redução de internações ou aumento de leitos, pois as aulas presenciais, de acordo com as diretrizes do governo do Estado, só poderiam retornar com 50% das presenças sob bandeira amarela, e Porto Alegre está sob bandeira vermelha e não existem perspectiva de redução desse escalonamento. O secretário Pablo, então, disse que a cidade não pode fazer nada, o Município de Porto Alegre não pode fazer nada, porque não tem como intervir na quantidade, na redução das internações – nisso eu concordo com o secretário. Nós não temos como prever quantas pessoas ficarão doentes, quantas pessoas passarão mal, precisarão dos serviços de saúde, mas o aumento de leitos na cidade é algo que esta Câmara de Vereadores defende desde o início desta crise na saúde. Todos nós, vereadores e vereadoras das diferentes bancadas, colocamos para a Prefeitura a necessidade de ampliação do número de leitos, e o secretário agora diz que não pôde fazer nada. Mentira! Mentira! Teve mais de cinco meses para atuar, para fazer o seu trabalho e não o fez. E isso é grave. Se Porto Alegre está na bandeira vermelha, é porque o governo municipal não fez a sua parte. Poderia ter instituído hospitais de campanha, como muitas cidades fizeram, para controlar justamente o volume de atendimento para a população. E Porto Alegre está numa situação crítica. Não baixa de 80% da ocupação dos seus leitos e, abrindo as atividades escolares, nós vamos agravar esse quadro, vamos colapsar o sistema de saúde e o caos vai se instalar nesta cidade. Nós não podemos ser coniventes com esse tipo de prática.

Outras falas também me preocuparam bastante; por exemplo, o secretário municipal adjunto da Saúde, o Natan, disse que as áreas de uso comum, como a sala dos professores, devem ter a limitação de um indivíduo por vez. Eu gostaria de saber se algum dia o secretário adjunto Natan frequentou uma escola; me parece que não. Ele não sabe que numa escola existem 40, 50 professores. Se nós limitarmos a um professor para usar a sala dos professores no seu período de descanso para tomar água, para tomar café, para fazer um xixi, durante o recreio, os outros ficarão onde? Eu não entendo, essas pessoas não são racionais. Em que mundo o Executivo desta capital vive? Vamos fazer, então, numa escola com 30 professores um escalonamento: cada professor vai utilizar durante 30 segundos a sala dos professores durante o período de recreio. Porque, sim, 15 minutos de recreio, 30 professores, cada um utiliza durante 30 segundos. É isso que a matemática, uma ciência dura, nos aponta. Mas, pelo visto, não é o que passa na cabeça desses cidadãos. Uma outra coisa bastante grave é justamente com relação ao espaço físico das nossas escolas. Nós não temos como manter o distanciamento social recomendado pelos órgãos competentes da saúde, referindo-me à Organização Mundial

da Saúde, não à Secretaria Municipal de Saúde, que está demonstrando grande incompetência neste momento. A Organização Mundial da Saúde recomenda um distanciamento social de dois metros. A Prefeitura propõe um metro e meio para todas as turmas, com exceção da educação infantil. Na educação infantil, eles mesmos admitem que é impossível fazer o distanciamento social e propõem que 15 estudantes estejam presentes dentro das salas de aula. Mais um agravante, a Prefeitura, dentro das suas diretrizes para retorno às aulas, dispensa a obrigatoriedade na utilização de máscaras para crianças de até 11 anos de idade e coloca essa obrigatoriedade dos 11 aos 15 anos. Então, quem tem até 11 anos não pega a doença? Não contrai covid? Não pode levar essa enfermidade para a sua família, onde podem existir pessoas em grupos de risco? Senhoras e senhores, estamos diante de um quadro de insanidade governando a cidade de Porto Alegre.

Esse tipo de atividade, esse tipo de ação é uma ação criminosa, é uma ação que compromete a saúde e pode levar a um aumento de número de óbitos no Município de Porto Alegre, que felizmente, até o momento, mantém-se num nível baixo, se comparado com outras cidades do Brasil. O que está se propondo em Porto Alegre é um agravamento dessa crise, é um aumento do número de internações, é o colapso do sistema de saúde e é o aumento do número de mortos de porto-alegrenses. E com isso a Câmara de Vereadores não pode concordar. Não pode ser conivente. Eu agradeço, mais uma vez, o Ver. Oliboni, nosso líder da oposição, pela possibilidade de utilização do tempo de liderança. Um forte abraço a todos e sigamos nosso trabalho nesta tarde chuvosa.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):**

Consultamos se mais algum Sr. Vereador ou Sra. Vereadora deseja usar a liderança. (Pausa.) Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, não temos mais inscritos para liderança.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Não havendo mais inscrições para liderança, peço ao nosso diretor legislativo que retome o comando e promova a chamada para o ingresso na Ordem do Dia, levantamento do quórum.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e um vereadores presentes.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 14h59min:** Havendo quórum, passamos à

**ORDEM DE DIA**

## DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 0017/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 003/20**, que altera o *caput* e revoga as als. “a”, “b” e “c” do § 3º do art. 32 da Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o Sistema de Transporte e Circulação no Município de Porto Alegre. (SEI 004.00013/2020-37)

### **Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas nºs 01, 02 e 03.

### **Observações:**

- com Emendas nºs 01, 02 e 03, do Ver. Professor Wambert;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 05-08-20 por força do art. 81 da LOM;
- 45º dia em 10-09-20, conforme o art. 95 da LOM.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em discussão o PLCE nº 003/20. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/20, pela oposição.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo o nosso Presidente, Reginaldo Pujol, colegas vereadores e vereadoras, bem como o público que acompanha a nossa Sessão nesta tarde. Falo aqui, com certeza, em nome do PT e do PSOL, pois temos algumas questões a fazer ao governo. Durante esses três anos e meio, o governo Marchezan concordou com a posição do Conselho Municipal do Transporte Urbano – Comtu e aceitou o reajuste aprovado pelo Conselho para as concessionárias do transporte público. Nesse período, as passagens do transporte coletivo em Porto Alegre continuou sendo uma das mais caras do País. Esse já foi um gesto do governo Marchezan, mostrando claramente que uma das prioridades das prioridades dele não era manter uma passagem barata, acessível, mas, sim, transferir para os usuários, ou seja, para os cidadãos e cidadãs que usam no dia a dia o transporte público... Ao longo desses três anos e meio, o Marchezan também deixou de cumprir uma lei. Foi judicializada a questão da segunda passagem, ele não obedeceu e acabou tirando a segunda passagem no transporte público. O governo Marchezan também tirou a gratuidade dos idosos, quais sejam, de 60 a 64 anos de idade. O governo Marchezan deu muito benefícios às concessionárias, como, por exemplo, a renovação da frota, de 10 para 13 anos; o não pagamento do ISSQN. Os senhores e as senhoras viram baixar a passagem? Nós não

vimos. E, agora, o Marchezan manda esse pacote sobre a questão da mobilidade urbana para a Câmara. Dentre eles, tem alguns projetos que nós concordamos, como, por exemplo, esse PLCE que nós estamos votando, quando diz que vai incidir, em tese, na redução da passagem em R\$ 0,15. Aprovado esse projeto, hoje - e, com certeza, será aprovado -, queremos ver a atitude do prefeito municipal, se, de fato, vai baixar esses R\$ 0,15. Porque, senão, é mais uma mentira. Ou ele vai dizer que é preciso aprovar todo o pacote? É obvio que, isso, o prefeito não vai conseguir. Mas é uma boa sinalização, para saber se, de fato, o prefeito está falando a verdade. Ao votarmos esse projeto, retirando essa taxa de 0,3%, que representará, segundo estudos da própria EPTC, na redução de R\$ 0,15 na passagem, nós queremos saber se, amanhã, ou quando da sanção do projeto, o prefeito vai baixar a passagem de verdade. Essa que é a verdade. Por isso, nós queremos ouvir a posição da liderança do governo, se isso vai acontecer. Muito obrigado. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/20.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Obrigado, Presidente Pujol. Como já antecipou o Ver. Oliboni, nós somos favoráveis a este projeto, mas é preciso, também, qualificar esse debate. Em primeiro lugar, as informações que nós temos - nós, do PSOL, e aqui eu falo em nome do Prof. Alex e da Ver.<sup>a</sup> Karen-, é de que os empresários sequer estão pagando essa taxa. De tal forma, o valor de R\$ 0,15, que o governo alega ser o valor que vai baixar o custo da passagem de ônibus, a partir deste projeto, já teria que ter sido reduzido. A verdade é que os empresários teriam que ser cobrados, mas não foram cobrados como deveriam ser cobrados. A Prefeitura, o poder público concede esse serviço para a iniciativa privada, mas ele tem a obrigação de fiscalizar os empresários. São os mesmos empresários que dominam o transporte público em Porto Alegre há décadas, e que tem, é preciso dizer, atacado de forma sistemática o direito dos trabalhadores rodoviários. Grande número foram demitidos, houve redução dos salários e, ao mesmo, tempo, foi mantida uma taxa de lucro bastante elevada, garantida por meio de um contrato.

Portanto, sim, nós vamos votar a favor e também, como disse o Ver. Oliboni, queremos saber se o governo, de fato, vai reduzir a tarifa.

Nós temos outros projetos na Casa sobre o transporte, e eu quero deixar claro, que, em relação a alguns projetos, eu, como presidente da CUTHAB, vou fazer oposição. Tenho feito oposição dura, como é o caso da tentativa de taxar os aplicativos ou, no caso, do pedágio, mas há projetos, sim, que nós somos favoráveis. Há um projeto específico que eu tenho batalhado para que seja aprovado. Eu, como presidente da CUTHAB estudei, nós organizamos uma comissão que fez esse estudo sobre a taxa de mobilidade urbana, e esse PLCE nº 002/20 permite, caso seja aprovado, que haja redução efetiva do preço da passagem. Então, eu creio que esse é o tipo de projeto que a

Câmara deva aprovar. E deve aprovar este ano para poder valer, ou seja, ter incidência já no próximo ano.

Eu tenho criticado o governo, porque ele apresentou esse projeto no final do ano passado, dizendo que era urgente, mas nunca, de fato, militou, atuou para que esse projeto fosse apreciado pela Câmara. E eu creio que essa apreciação é necessária. Às vezes, nós somos acusados de sempre estar contra o governo, mas, quando o governo apresenta uma proposta boa, nós somos a favor. Nós somos a favor desta proposta e eu, particularmente, sou a favor da proposta que cria a taxa de mobilidade urbana, pois ela permite uma redução dos preços das tarifas. Eu espero também que, além de permitir uma redução dos preços das tarifas, ela também permita o fim desses ataques sistemáticos à categoria dos rodoviários feitos pela patronal.

Infelizmente, o governo raramente apresenta propostas com um certo fundamento. Nós temos visto isso. O governo é autoritário e, em geral, não tem apresentado boas propostas, como é o caso, agora, dessa taxa de mobilidade urbana, que nós consideramos uma taxa útil. Eu, como presidente da CUTHAB, creio que, sim, podemos aprová-la, e que se aprove rápido.

Sou contra e acho que a Câmara nem deveria discutir a questão do pedágio. Mas eu me refiro, Ver. Bosco, que perguntava aqui no *chat*, à taxa de mobilidade urbana, que não é nem o pedágio, nem a incidência sobre os aplicativos. Essa taxa se refere ao pagamento dos empresários em relação às passagens. Seria um subsídio, a partir do pagamento das empresas; não sobre o vale-transporte, mas sobre a folha de pagamento das empresas, sobre o conjunto de trabalhadores formalmente inscritos. No último levantamento que nós temos são cerca de 550 mil trabalhadores. Com a aplicação da taxa sobre a folha de pagamento, e não sobre o vale-transporte, nós temos condições, sim, de reduzir a passagem. Essa foi uma proposta muito boa, surpreendente até, porque, no caso, veio nesse pacote do governo. E esse pacote do governo tem muitas medidas ruins, mas tem essa medida, que é uma medida estruturante. E eu creio que essa medida estruturante deve ser, sim, aprovada. Muito obrigado, Presidente Pujol.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/20.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Peço licença para que eu possa falar em nome da nossa bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, em nome dos colegas Engenheiro Comassetto, Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa e eu, que lidero a bancada neste momento. O Ver. Robaina já se referiu às idas e vindas, aos zigue-zagues desta administração. Eu quero me concentrar em alguns pontos. O prefeito e a sua equipe não estão respeitando o contrato assinado com a ATP, com as empresas concessionárias. Em não sendo obedecido esse contrato, nós temos aí uma burla ao processo licitatório. Quando a Prefeitura substitui linhas que os empresários não gostam, não querem, porque eles acham que perdem dinheiro, o governo põe a Carris para fazer as

substituições. Péssimo, isso é mau, isso é uma afronta ao contrato realizado, isso é dar, de mão beijada, aos empresários aquilo a que eles não têm direito. A segunda passagem já foi tolhida, o grupo de idosos, entre 60 e 64 anos, não tem mais o passe livre. Nós vemos estudantes que não conseguem estudar, porque não têm como pagar a passagem. Não há nenhum planejamento de mobilidade urbana durante esta gestão. Chegou há pouco aqui o secretário de Mobilidade, que, indiscutivelmente, eu seria cretino se não reconhecesse que ele é uma pessoa que tem conhecimento de causa, mas, num final de governo, no afogadilho, sem discutir com a população, ele se iguala ao seu chefe maior, que é o prefeito municipal, um simples ditador. Um simples ditador. Isso nós não podemos aceitar.

A bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar favoravelmente ao projeto, mas nós vamos fiscalizar e nós vamos querer cobrar aquilo que os empresários não pagaram até agora. Não tem colher de chá! Nós estamos vivendo um momento de profunda crise, todo mundo tem que colaborar! É inominável e é abominável o que alguns gestores fazem, como eu mencionei anteriormente. O Presidente da República, que quer calcar, cortar mais de pobres, de aposentados, de pessoas com deficiência, e aqui vem a Prefeitura dar apenas benesses aos empresários, porque, além dessa questão que nós vamos aprovar, a Prefeitura quer, por exemplo, dar subsídios. Mas como assim? E o contrato? Nós vamos fazer com que o contrato seja respeitado. Estamos tomando, inclusive, algumas medidas que não temos condições, por trancar a pauta para os pedidos do prefeito, de fazer agora aqui, dentro da Câmara Municipal. Mas teremos outras medidas, porque, afinal de contas, nós estamos com o povo de Porto Alegre e por isso nós votaremos favoravelmente a este único projeto do pacote da mobilidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Adeli Sell. Registro a presença do Ver. Idenir Cecchim e Ver. Professor Wambert. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/20.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Muito obrigado. Eu tenho algumas dúvidas sobre este projeto desde que ele na Casa chegou. Primeiro: a questão de sobretaxar empresas é uma questão que cabe à União, sobretaxar empresas sobre salário cabe à União, exclusivamente à União. Sobretaxar a questão do vale-transporte, não sobretaxar a questão do vale-transporte, isso cabe à União. Se o governo está criando uma taxa a mais para as empresas estabelecidas em Porto Alegre, para que essa taxa venha a custear o sistema de transporte, é uma coisa; agora, vincular essa taxa ao número de trabalhadores, vincular essa taxa a salário, vincular essa taxa a qualquer coisa que seja relacionada à empregabilidade, que seja relacionada a contrato de trabalho, isso cabe somente à União, ao Congresso Nacional. Não cabe ao Executivo municipal, não cabe à Câmara de Vereadores, sendo que isso não é para o servidor público, isso é para a iniciativa privada. Nem a Câmara de Vereadores nem o Executivo

podem fazer isso. Eu estranho muito esse projeto não ter óbice da Procuradoria, esse projeto não ter óbice da CCJ, eu não deveria estar presente nessa reunião. É inadmissível que nós possamos legislar sobre questões de trabalho. Nós estamos sobretaxando as empresas, nós estamos dando mais um motivo para as empresas, que pagam já um ISS, um dos mais altos do Rio Grande do Sul, irem embora da nossa cidade, porque as empresas continuarão pagando para os seus funcionários o vale-transporte. O vale-transporte é uma lei federal, ela é superior às nossas leis, então, serão obrigadas a dar o vale-transporte. Isso seria a mesma coisa se nós fizéssemos um projeto na Câmara de Vereadores dizendo que todas as empresas de Porto Alegre seriam obrigadas a dar alimentação para os seus funcionários. É lei federal, não tem como nós fazermos isso. Eu acho que nós estamos caminhando num terreno lamacento, eu não sei qual é o intuito desse projeto, se é simplesmente nós votarmos e dizermos que estamos procurando soluções para o sistema de transporte; agora, não se sustenta. Qualquer entidade empresarial que nós temos, CDL, Sindilojas. Sindha, sindicatos de trabalhadores, qualquer entidade que entrar na justiça irá derrubar essa lei, irá derrubar o que nós venhamos a votar, aprovando algo que, volto a dizer, mexe no salário das pessoas, é baseado no salário, é baseado no provento das pessoas. Só quem pode legislar sobre salário, provento, encargos vinculados à iniciativa privada é o Congresso Nacional. Nós podemos legislar sobre questões dos servidores do Município, nós não podemos legislar, muitas vezes, até em questões de terceirizadas do Município. Nós não podemos determinar várias questões de terceirizadas do Município, nós podemos dizer que essa terceirizada tem que ter um recurso lá no fundo para pagar o 13º, mas não podemos dizer como o fará. Então, é um projeto em que realmente eu vejo uma completa, como é que eu vou dizer, além de ser ilegalidade, é um jogar para a torcida, nós vamos jogar para a torcida. Se se vier a aprovar esse projeto, depois, como vários outros projetos desta Casa, nós temos aí, até hoje, a ânsia de regulamentar os aplicativos em Porto Alegre, tivemos 18 artigos questionados pela justiça, invalidados pela justiça. Nós temos a ânsia, até hoje, de resolver o problema dos táxis em Porto Alegre, tivemos também vários artigos da Lei dos Táxis trancados pela justiça, e assim tem sido com vários outros projetos que esta Casa votou, porque, no entendimento, não cabe a nós. E esse, realmente, quando nós tratamos de salário, tratamos de vínculo à folha de pagamento, principalmente na iniciativa privada, isso não cabe à Câmara de Vereadores. Nós estamos votando um projeto, eu respeito a posição do Ver. Oliboni, do Ver. Robaina, eu acho que nós temos que arrumar uma solução para o sistema de transporte de Porto Alegre, mas não é tirando de quem menos tem que nós vamos resolver o sistema de transporte de Porto Alegre. Agora, se nós aprovarmos esse projeto da forma que está onerando as empresas em cima da questão de criar esse fundo para o transporte de Porto Alegre, nós vamos gerar é demissões. Até a decisão ser tomada na justiça, nós vamos gerar demissões, porque uma empresa que tenha uma média de mil funcionários, ela terá um custo elevadíssimo para custear esse projeto, para custear essa lei. Seria esse o encaminhamento, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Nobre Presidente, fiquei preocupado com a fala do nobre colega Ver. Janta. O Janta fez uma fala em cima de um outro projeto. Acho que foi dada informação errada para o nobre colega, até porque, quando ele cita, como líder da oposição faço este alerta, o PT e o PSOL, nós estamos discutindo um outro projeto, não é o mesmo que o nobre Ver. Janta acabou de salientar. Muito obrigado.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Olha, foi o que o Robaina falou aí, não é? Eu estou indo pela fala do Robaina, foi o que o Robaina disse, que é um projeto em que vai ser cobrada uma taxa em cima do vale-transporte, do que as empresas pagam de transporte para os trabalhadores, foi o que o Robaina falou. Então, o Robaina se equivocou, e eu segui o equívoco dele.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Janta, eu não me equivoquei, eu estou falando sobre o conjunto do pacote. O que nós estamos votando é outro projeto, mas esse projeto é um projeto que está em discussão na Câmara, e eu acredito que ele deve ser votado o quanto antes. Ele não provoca desemprego, o que ele provoca é redução da passagem, por isso que eu quero que ele seja votado. Mas que o que nós vamos votar hoje, é o que isenta a tarifa da EPTC.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Está bem, é isso aí mesmo.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD):** Então, o Janta tem razão, na verdade, nós estamos em encaminhamento. Encaminhamento é para encaminhar o projeto que está em pauta e está sendo votado, e o Ver. Robaina encaminhou outro projeto e induziu o colega ao erro.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Por gentileza, Srs. Vereadores, foi feito o esclarecimento e não há mais inscritos. Se alguém quiser se inscrever para encaminhar, há possibilidade ainda.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Nós não queremos, de forma nenhuma, tolher a discussão dos vereadores, compreendemos que alguns problemas surjam no debate, alguns contrassensos, eventuais entendimentos equivocados ou inadequados, mas isso está superado, no nosso entendimento. Foi dado o tempo da discussão, os encaminhamentos foram realizados, as bancadas que assim o quiseram fazer já o fizeram. Estou consultando, existe alguma outra bancada que queira encaminhar a votação do presente projeto de lei?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Não temos.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Não havendo, peço ao nosso diretor legislativo que, imediatamente, coloque em votação a Emenda nº 01.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 003/20. (Pausa.) (Procede à chamada nominal.)

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Eu votei “não”, porque eu não sei qual é o artigo que ele está querendo revogar.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Por não terem explicado esse artigo, eu votei “não”.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Por não ter ouvido e não ter lido esta emenda, eu me abstive.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Por não ter conseguido debater esta emenda, entender qual é o contexto dela na presente lei, eu votei contrariamente.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Eu votei “não” e também levanto uma dúvida aqui, que eu acho que é a dúvida de vários vereadores, porque me parece que essas emendas não dizem respeito a esse projeto. Deixo aqui meio que uma questão de ordem, para não prejudicar a ideia do Professor Wambert. Numa primeira leitura, parece que estamos votando a câmara de compensação tarifária, a retirada da taxa dos 3% da EPTC, e as emendas dizem respeito às questões dos táxis, aplicativos, enfim, fico na dúvida, desculpe. Eu votei “não” para não atrapalhar os trabalhos. Posso estar equivocado.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Embora acredite que no jargão da Câmara de Vereadores essas emendas constituam o que a gente chama de jabuti, eu fui solidário à categoria dos taxistas e votei “sim” à Emenda nº 01.

**VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PTB):** Colegas, na linha do Prof. Alex Fraga, nós estamos com esta emenda desonerando os táxis dessa taxa do GPS. Tem a ver com o tema, que é transporte e circulação, e é uma tentativa, não é populismo, colegas, aliás, quem mais trabalha aqui a causa dos taxistas são outros vereadores, muito mais do que eu. Essa era a intenção da emenda, por isso votei “sim”.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Eu também acho que os taxistas estão numa situação muito precária, eu sou a favor da emenda em função disso.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Nós vamos refazer a chamada nominal, está ficando confuso, todo mundo está trocando o voto de “não” para “sim”.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** É que ninguém entendeu a emenda, Luiz Afonso.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sem problemas, vereadora, eu não estou entrando no mérito, eu vou organizar o nosso trabalho. Por gentileza, Sr. Presidente, eu sugiro que refaçamos a chamada para a votação.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Antes, por gentileza, leia o teor da emenda, para que todos fiquem sabendo o que estão votando.

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Sugiro que leia a justificativa também, Luiz, porque é a justificativa que explica.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura da Emenda nº 01 ao PLCE nº 003/20.) Sr. Presidente, podemos refazer a votação?

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Sim, podemos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 003/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 34 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Declaro aprovada a Emenda nº 01 ao PLCE nº 003/20.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Eu votei “sim”, mas na dúvida, porque o projeto se trata de uma lei de 1998, e a emenda de uma lei de 2014.

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM):** Votei “sim”, porque a emenda é meritória, e como aqui a gente aprecia o mérito, qualquer desoneração nesta grande crise ajuda.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Confirmando meu voto “sim” e já peço apoio para as outras duas emendas do Ver. Prof. Wambert, que são no mesmo sentido.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura da Emenda nº 02 ao PLCE nº 003/20.) Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 02 ao PLCE nº 003/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 33 votos **SIM** e 02 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Declaro aprovada a Emenda nº 02 ao PLCE nº 003/20.

Em votação a Emenda nº 03 ao PLCE nº 003/20. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura da Emenda nº 03 ao PLCE nº 003/20.) Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 03 ao PLCE nº 003/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 33 votos **SIM** e 03 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Declaro aprovada a Emenda nº 03 ao PLCE nº 003/20.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLCE nº 003/20. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 35 votos **SIM**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Declaro aprovado o PLCE nº 003/20.

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0196/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 007/20**, que inclui o art. 5º-D na Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004, que fixa alíquotas de contribuição previdenciária para fins de custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos do Município de Porto Alegre, e alterações posteriores, autorizando a suspensão do pagamento da contribuição patronal ao regime financeiro de capitalização, bem como o parcelamento das parcelas não pagas. **(SEI 118.00090/2020-64)**

### **Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas nºs 01 a 04.

**Observações:**

- com Emenda nº 01, de autoria do Ver. Felipe Camozzato;
- com Emendas nºs 02 e 03, de autoria dos Vers. Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa e Engº Comassetto;
- com Emenda nº 04, de autoria do Ver. Ricardo Gomes;
- com Emenda nº 05, de autoria dos Vers. Airto Ferronato e Paulinho Motorista (líder do PSB);
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 10-06-20, conforme a Resolução nº 2.582/20;
- 45º dia em 08-08-20, conforme o art. 95 da LOM.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em discussão o PLCE nº 007/20. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Permitam-me, colegas, senhoras e senhores, de dizer que este projeto, da forma que veio a nós, pode haver alguma cobrança de que, em outros momentos, houve propostas semelhantes de uma suspensão para pagamentos posteriores. Bem, isso também é verdade. As pessoas se esquecem que, tirando a questão da legalidade – é possível o prefeito fazer essa proposição à Casa Legislativa, sim, ele pode fazê-lo, outros já o fizeram, repito aqui –, está vindo do atual titular do Executivo da forma como perdeu R\$ 130 milhões para o saneamento básico, dos R\$ 60 milhões que perdeu do Centro de Eventos. Eu fiz uma pergunta e até agora não tenho a resposta sobre o chamado Banco de Alimentos, que está saindo um recurso e a inscrição é até domingo e ninguém na Prefeitura sabe me dizer, por isso que eu coloquei no grupo de vereadores: será que nós vamos perder também o dinheiro do Banco de Alimentos? Não apenas eu, mas outros colegas vereadores insistiram no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e eu vos relatei e relato novamente aqui: o retorno que foi dado sobre a questão da merenda escolar, como se a cada dia 270 refeições estivessem sendo servidas nas escolas, o que não é verdadeiro porque as escolas estão fechadas. Na primeira semana, houve isso, sim, depois não houve mais, absolutamente. Onde estão sendo entregues os 2.700 kits? Se nós temos muito, muito mais crianças em situação de profunda vulnerabilidade que não estão recebendo absolutamente nada! Aí o prefeito quer que a gente aprove – aprove! – que ele não pague a sua parcela, que ele, como gestor, deve pagar como chefe do Executivo ao Previmpa, que não passou no Conselho do Previmpa, ou seja, é uma afronte inclusive nesse aspecto sob o ponto de vista da legalidade – e esse projeto tem essa barreira que, na minha opinião, é intransponível. A iniciativa, como eu disse anteriormente, tem legalidade, mas, ao não consultar o Conselho do Previmpa, aqui vem uma ilegalidade. Eu espero que a gente derrote este projeto hoje, caso contrário, haverá uma nova disputa judicial, como tudo nesta cidade está acontecendo: litigância em todas as fronteiras, em todos os lugares. Não, absolutamente não, nós não podemos aceitar a proposição do Sr. Prefeito Municipal. Nós temos que juntar as forças desta Câmara de

Vereadores e mostrar sua altivez, mostrar que esta Câmara não tem aquilo que o prefeito nos chamou no início desta legislatura, não entrarei nessa vulgaridade, como o prefeito costuma ser vulgar, mas posso lhe dizer que o pior prefeito de todos os tempos não pode ter o aval desta Casa, no meio de uma pandemia, em que o prefeito não presta contas dos recursos que recebe! Alguém sabe onde foram parar os recursos que nós, os vereadores, disponibilizamos ao Executivo? Onde foi parar o dinheiro que veio da União, o dinheiro que veio de entidades representativas? Onde estão esses recursos? Onde estão as cestas básicas? Onde estão os equipamentos hospitalares? Nada se sabe! Este é um governo que, de um lado, é obtuso e, de outro lado, é nada, absolutamente nada transparente. Por isso vos digo: vamos juntar as nossas forças, vamos mostrar a nossa força e a nossa dignidade derrotando este projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCE 007/20.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores; com todo respeito ao colega vereador que me antecedeu, ele acabou misturando alhos com bugalhos, merenda escolar com a questão que está sendo votada aqui. É verdade que tudo faz parte da despesa do Município, tudo que sai do caixa, mas não é isso que está se tratando neste momento. Eu tenho uma preocupação, sim, com relação a isso. Essa autorização que vamos dar representa a autorização de uma moratória do prefeito municipal para com os descontos que são legais do Previmpa, e isso vai representar neste momento de não repassar ao Previmpa algo em torno de R\$ 70 milhões. Isso vai ser jogado para o próximo governo e, com as devidas correções no futuro, vai representar algo em torno de R\$ 100 milhões a ser pago em 60 parcelas. Portanto, o próximo prefeito pagará essa conta e, além de o próximo prefeito pagar, ainda o prefeito que sucederá o próximo por mais um ano também pagará essa conta. Isso, mais do que qualquer outra coisa, representa que aquilo que temos ouvido falar sobre o orçamento do Município e que alguns outros colegas vereadores intimamente ligados ao governo, por quem tenho enorme respeito, inclusive ex-secretários, têm cantado em prosa e verso a respeito do acerto das contas e dos superávits que tem sido gerados aqui na administração municipal é falso, não é verdadeiro, mais do que qualquer outra coisa, esse fato de agora, este projeto de lei que está aí demonstra isso. Na verdade, também está errado o Simpa quando faz uma manifestação e pede que nós não aprovemos isso, porque talvez o Simpa não se aperceba, porque não tem instrumentos para se aperceber, não tem alcance para se aperceber, infelizmente, as pessoas que estão dirigindo o Simpa, ao longo desse tempo, equivocadamente têm dirigido o sindicato - eu até quero ter um bom relacionamento com todo o funcionalismo público, mas não posso deixar de esquecer que, há dois anos, o Simpa protagonizou uma invasão na Câmara de Vereadores, agressão ao vereadores, de certa forma até se inviabilizou aqui um diálogo -, então, quero dizer que o Simpa não se

apercebeu que, na verdade, o prefeito não tem recursos para pagar o 13º salário e que a possibilidade de nós autorizarmos isso hoje redundaria só e tão somente no benefício aos próprios servidores agora, no final do ano, para receberem o 13º salário. É isso que nós estamos tratando. Se nós não autorizarmos esse não repasse, esse não descaixe, neste momento, do dinheiro que está na caixa da Prefeitura, da Secretaria da Fazenda, para pagar o Simpa, a Secretaria da Fazenda não vai ter caixa em dezembro para pagar o 13º salário do funcionalismo público. Então, é uma escolha perversa, mas é uma escolha de Sofia que nós - não da ex-vereadora Sofia Cavedon, atual deputada -, estamos sendo postos diante desse momento. Eu quero dizer isso aos servidores públicos, votar a favor deste projeto, neste momento, não é votar com o governo, é compreender que o governo foi tal mal na gestão das contas que não terá dinheiro, em dezembro, para pagar o 13º do funcionalismo, que é tão importante para se pagar contas, especialmente num ano como este de muitas dificuldades. Então, nessa escolha perversa onde tem que priorizar aquilo que é mais importante, mesmo que eu deseje muito ser prefeito na frente e saiba que restará ao próximo prefeito pagar essa conta nos próximos anos, cinco anos, neste momento, não posso deixar de olhar para os servidores públicos de Porto Alegre e saber que é necessário que eles recebam o 13º em dia, e a forma de viabilizar o pagamento desse 13º em dia é dessa forma. Concluo, dizendo o seguinte: o que vi ao longo desses anos como integrante da CEFOR, como ex-presidente da CEFOR, como ex-presidente desta Casa, como alguém que conhece os números do orçamento, eu vi um governo que projeta um déficit todo ano, transforma esse déficit em superávit, não realiza as despesas e aí maquia o orçamento e apresenta para a sociedade como se tivesse saneado as finanças do Município. Nunca houve isso. Quando o governo superestima as despesas em investimentos e não realiza todo o ano, no ano passado não foi diferente, ele lançou R\$ 8 bilhões no orçamento, não realizou essas despesas e depois apresentou aquilo como superávit. O governo tem maquiado o orçamento do Município para dizer e comprar páginas em jornais e revistas, como fez há pouco na revista ISTOÉ, dizendo... (Problemas na conexão.) ...Simpa diga que é bom porque é um calote do Previmpa, e de fato é, neste momento, um calote no Previmpa que o próximo prefeito vai ter que pagar. Eu me comprometo, se for prefeito... (Problemas na conexão), a lançar mão desse artifício para ter que pagar a folha de pagamento do último mês e o 13º dos funcionários. Nesse sentido, eu acho que é, sim, importante pagar a folha de pagamento e pagar o 13º no último mês e, por isso, vou votar a favor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE 007/20.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Boa tarde, diretor Luiz Afonso, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; a intervenção do Ver. Valter Nagelstein não me estranha. O Ver. Valter Nagelstein quer ser prefeito, não vai ser, mas é incrível porque ele não consegue desenvolver uma linha de raciocínio sem atacar os servidores

ou atacar a representação sindical dos servidores, é um tipo de político que tem como linha o enfrentamento ao serviço público, é a única conclusão inteligente que se pode tirar de intervenções desse tipo, e uma oposição como essa é aquela oposição que o Marchezan adora, que faz o discurso contra e vota essencialmente nos projetos do governo. O que aqui estamos discutindo? Nós estamos discutindo algo muito grave. O governo está pedindo autorização para um calote ao Previmpa. O conselho do Previmpa decidiu que não é correto aceitar essa suspensão do pagamento da parte patronal, foi uma decisão do conselho do Previmpa, e o governo teria que escutar, teria que obedecer essa decisão do conselho do Previmpa. Não, o governo quer não pagar, já tenho inclusive algumas informações que já não está pagando, e quer autorização do não pagamento, ele quer a legitimação desse não pagamento por parte da Câmara de Vereadores. O mesmo governo, o mesmo prefeito que ficou durante o mandato todo chamando os servidores de vagabundos, dizendo que os servidores não trabalham, dizendo que os servidores... um governo que buscou derrotar os servidores, desmoralizar os servidores, os servidores estão resistindo, já não aguentam mais este governo, e agora, no final do seu mandato, o governo quer autorização da Câmara para utilizar os recursos que são legitimamente dos servidores, a poupança dos servidores, para fazer a sua política, uma política desastrosa, além do mais, uma política que não tem a menor transparência sequer da utilização dos recursos públicos, tanto não tem transparência que tivemos uma Comissão Parlamentar de Inquérito, uma CPI, que apurou inúmeras ilegalidades no governo, tráfico de influência do governo. O governo, no início, vou repetir, o governo Marchezan, quando comecei a CPI, dizia que não teria nenhum problema com a CPI, que era transparente, que não teria problema de nenhum tipo, pois passou meses tentando boicotar o trabalho da CPI e, felizmente, por uma alteração na relação de forças na própria Câmara de Vereadores, esse propósito do governo foi impedido, e a CPI funcionou, teve o relatório que nós estamos enviando para o Ministério Público que demonstra esse tipo de ilegalidade, e agora o governo trata de impedir o julgamento sobre o tema do impeachment. Então, é este governo que está pedindo para a Câmara de Vereadores, este governo que tenta atacar a autonomia da Câmara de Vereadores que, às vezes, não pode trabalhar em função do governo. Agora, se os vereadores acham, vejo muito vereador criticando o prefeito, se um projeto é importante para o governo que não são importantes para a cidade e que não são importantes para os servidores porque aqui fazer a chantagem, cair nessa ideia de que, se não tiver autorização desse calote, os servidores não vão ter o 13º, isso é um tipo de intervenção que tenta fortalecer a lógica do governo, esse governo não tem a autoridade, ele não tem a legitimidade para que a Câmara vote um tipo de projeto como esse. O que nós queremos, sim, é transparência, nós queremos o controle das contas públicas e que tenhamos de fato controle das contas pública, uma das primeiras medidas é que o conselho do Previmpa possa avaliar, e o conselho do Previmpa avaliou e tem uma posição contrária a esse tipo de autorização. Então, vereadoras e vereadores, eu acho que é muito importante que escutem o Previmpa porque não é possível calote na previdência dos servidores, não é possível transferir para o governo posterior a responsabilidade deste governo. Por isso nós somos contrários a este projeto, acho que é

muito importante que a Câmara mostre a sua altivez e se posicione contra. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Registro, a pedido do Ver. Mauro Zacher, a sua intenção de ter votado favoravelmente ao projeto da Câmara, de compensação tarifária, o que não o fez em razão de instabilidade na sua rede.

O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLCE 007/20.

**VEREADOR MAURO ZACHER (PDT):** Obrigado, Diretor pelo reparo, houve instabilidade e registrei pelo *chat*, pelo menos, que seja constado em Ata o meu voto a favor. Companheiros, aqui manifesto a minha contrariedade ao projeto, já fiz isso em outros momentos, haja vista que a autorização para que o governo não venha repassar os recursos do Previmpa, que é a cota patronal, que é a parte que fica de responsabilidade do Executivo, é um valor substancial. Aqui foi dito por outros colegas R\$ 70 milhões, eu tenho um número um pouco maior que deve chegar na casa dos R\$ 100 milhões, seria um cheque em branco ao prefeito de R\$ 100 milhões e que parece que o governo não tem dado a devida transparência para o processo. Então, primeiro, quero aqui dizer que a transparência é um fator importante para que a gente venha a autorizar o não repasse desses recursos que estão lá, como bem dito por outros que me antecederam, a poupança, a garantia da previdência dos nossos servidores. A segunda questão é que em outro momento eu propus ao governo Marchezan...Na verdade, a minha proposta é basicamente o que São Paulo Fez, o prefeito Bruno Covas, do mesmo partido do prefeito Marchezan. A Câmara de Vereadores aprovou, por unanimidade, o uso livre dos fundos municipais para que o prefeito possa ter agilidade no seu fluxo de caixa. Eu fiz essa proposta que foi rechaçada, não houve nenhum tipo de vontade do Executivo de aprovar, e, lá em 31 de março, eu apresentei um saldo de R\$ 590 milhões nos fundos. Quero citar um dos fundos que até hoje não sei direito qual a sua finalidade que é o Fundo para o Desenvolvimento de Reformas, que no fim é contratação de consultorias e tinham quase R\$ 50 milhões parados. Depois foi aprovado um fundo para a inovação em tecnologia que seria para financiar *startup*, com mais de R\$ 20 milhões. Será que esses recursos não seriam, neste momento, mais importantes para as demandas que estão por vir? A diminuição do PIB brasileiro vai realmente sendo muito impactado por serviços. A área de serviços, sem dúvida, é que vai impactar a cidade. Então, eu voto contra pela falta de transparência porque o Município não pode só apertar um lado ou puxar um lado da corda, só para cima dos servidores públicos que já deram a sua contribuição, mesmo que contrariados, mesmo com o PDT votando contra, mas quando o prefeito aumentou a alíquota da quota de previdência dos servidores, passando de 11% para 14%, quase completando seus quatro anos de mandato sem nenhum real de reajuste, quando fez uma mexida no plano de carreira dos servidores que já impactou fortemente as despesas do Município, positivamente para o Município e negativamente

para os servidores, mas isso está demonstrado nos balanços. O Município já teve uma economia significativa em cima de cortes basicamente dos servidores. Quem sabe vamos tirar de outro lado agora? Por isso que estou propondo que há caminhos e nós não podemos usar o argumento aqui de que será para pagar o décimo terceiro salário porque nós estamos muito longe ainda do décimo terceiro, ainda tem muito a se fazer, terão outros desafios pela frente, inclusive teremos lá receitas de antecipação do IPTU, como nós fizemos em 2016 e eu estava acompanhando todo esse processo para que possa então o Município fechar as suas contas. Então eu aqui durante essa legislatura fiz as críticas em relação ao IPTU, é verdade, votamos contra o aumento do IPTU, votamos contra esses projetos que vinham mexer na carreira dos servidores municipais, mas sobretudo sempre trouxe aqui ao debate a responsabilidade que todos nós temos em relação ao equilíbrio das contas públicas. Então, o que falta neste momento é transparência, falta o prefeito vir aqui, participar da sessão plenária, apresentar por que quer usar esses recursos, demonstrar claramente de que maneira vai usar os recursos que está economizando não repassando esses recursos ao Previmpa. Então é por isso que eu aqui manifesto a minha posição pela falta de transparência, para que nós possamos usar neste momento outros recursos e deixemos a discussão lá do décimo terceiro para o período que logo chegará. Então é desta maneira que eu manifesto a minha posição contrária ao projeto.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/20.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Em primeiro lugar, um abraço a todos, um abraço ao nosso Presidente, aos vereadores e vereadoras que estão conosco, nós acompanhamos esse projeto e discutimos o mesmo há um longo tempo. A história da previdência no País, essencialmente no setor público, que eu acompanho há 50 anos, historicamente foi retirando recursos do fundo de previdência. Passadas algumas décadas, quando se precisa pagar o recurso, falta dinheiro e a culpa sempre é do servidor público e sempre é o ao servidor público que cada vez mais se aumenta a alíquota de participação. Essa é uma primeira preocupação que eu tenho. Por outro lado, vereadores que me antecederam preocupados com a questão do décimo terceiro, eu recebi mais de 3 mil mensagens de servidores e respondi todas, se não respondo todas foi porque me passei, mas passei noites e noites respondendo mensagens e *e-mails*. E as mensagens dos servidores públicos do Município foi no sentido de me pedir que se votasse contra o projeto e apresentavam os seus argumentos. Eu respondi dizendo que votaria atendendo a essa demanda, votando contra. Recebi também aquele documento do Conselho Municipal do Previmpa que se manifestou contra o projeto. Portanto eu acredito que esse projeto não se construiu com o servidor público e apresenta defeitos e problemas, e eu votarei contra o projeto. Obrigado e um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/20.

**VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP):** Meus prezados colegas, mais uma vez o nosso prefeito mostra sua falta de comunicação com a Câmara, mostra novamente o que sempre fez durante quatro anos. Envia projetos incompletos, sem justificativas plausíveis, claras e com informações adequadas para que os vereadores se dediquem a analisar profundamente o assunto. Primeiramente sobre o valor dessa prorrogação, desse fundo de previdência dos funcionários, o Previmpa, o Valter falou em R\$ 70 milhões, o Ver. Zacher falou em R\$ 100 milhões, e parece-me que o Ver. Adeli falou em R\$ 60 milhões. Não se sabe exato porque não tem informações no projeto. E o pior, o que me interessa é onde ele vai aplicar esse recurso, ele não diz. Provavelmente irá para o caixa único. Só que o Ver. Valter falou muito bem que o prefeito precisa ter caixa para enfrentar o pagamento do décimo terceiro salário dos funcionários e é um valor razoável para a formação do caixa. No entanto, eu também tenho outras informações, houve um acordo de mediação de R\$ 39 milhões para que parte desses recursos sejam investidos no saneamento do transporte coletivo de Porto Alegre, para pagamento também do décimo terceiro e para que as empresas possam aumentar as suas linhas, porque se as empresas não tiverem esses recursos não pagarão décimo terceiro aos seus funcionários e também não terão recursos para ampliar as linhas, porque quem anda por Porto Alegre vê que os ônibus estão lotados, vê que o trânsito já está engarrafado. Imaginem no fim do ano, quando esperamos que tudo volte ao normal, e nós não tivermos ônibus suficientes e tivermos uma greve dos funcionários dos ônibus e também greve dos funcionários por não receberem o décimo terceiro salário. Isso tudo são informações que vieram para mim, mas não vieram do prefeito, ele não disse no projeto. Então eu estou numa sinuca, eu não quero que os funcionários do governo deixem de receber o seu décimo terceiro e também não quero que os funcionários das concessionárias dos ônibus deixem de receber os seus salários ou deixem de aumentar as suas linhas. É uma sinuca difícil, mas eu já tomei a minha decisão pessoal. Eu não quero ser o responsável nem por um nem pela outra coisa, eu vou votar a favor do presente projeto porque já houve uma prorrogação no mandato anterior. Então vou votar a favor desse projeto porque não quero ser culpado do caos nos ônibus nem dos funcionários públicos.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/20.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo nosso Presidente da Casa, Ver. Pujol; nobre diretor Luiz Afonso, colegas vereadores e vereadoras, é um projeto polêmico, sim, mas completamente com esclarecimentos precisos com relação ao que o governo está solicitando, e um vereador não tem espaço para ficar em cima do

muro. Esse projeto é extremamente inconstitucional na medida em que o Conselho do Previmpa não autorizou – como o governo fez na terceirização da Saúde – e não teve autorização do Conselho Municipal de Saúde. Portanto, de que adianta ter conselhos deliberativos? Eles não são deliberativos, se o governo não os respeita, primeiro aspecto. Segundo aspecto, o governo municipal não diz para aonde vão esses R\$ 73 milhões. Eu falo em R\$ 73 milhões porque essa informação veio da audiência pública, promovida pela Câmara, a pedido das entidades Simpa e Previmpa. Então, lamentavelmente, eu tenho certeza absoluta - e foi dito aqui pelo líder do governo – que era para fazer caixa. Vocês se lembram que, lá na audiência e até mesmo nas primeiras reuniões que tivemos com o Previmpa, quando ele dizia que ali entre março e maio o governo tinha uma projeção de receita, em 2020, de R\$ 3.057.298.938,00 e tinha uma despesa de R\$ 2.295.295 e alguns centavos, naquele momento, apresentava-se um superávit de R\$ 762 milhões. Na possibilidade que tivemos aqui na Câmara de discutir com o governo quando ele veio em comparecimento, dizia que havia uma perspectiva de ter um déficit de R\$ 50 milhões. Eu não vi nada de novo no tempo da pandemia para que o governo tenha, de fato, esse grande déficit se ele reduziu consideravelmente as despesas e não promoveu os serviços na cidade. Porque esses serviços de obras, que ora estão sendo apresentados, são empréstimos concedidos e inclusive aprovados aqui na Câmara. Para onde estão indo as receitas do Município se nem mesmo os recursos recebidos pelo governo federal e estadual não se sabe para onde foram, e nem no *site* da transparência existe essa indicação de se, de fato, ele investiu no combate à Covid, no hospital e campanha, na testagem dos servidores de serviços essenciais! O governo está querendo é fazer caixa e endividando o futuro governo, independentemente de quem quer que vá assumir, ele está transferindo isso lá para o próximo governo. Então, é lamentável tudo isso que está acontecendo, porque queira eu, queira nós, queira a população que está cobrando, não é justo que o governo peça toda essa grana e não diz para onde vai, vai para o caixa único, o caixa geral. Então, não há dúvida sobre isso que o governo quer fazer em tempo de pandemia, que deveria ter um projeto estratégico de combate à Covid e em tempos de eleição, meus irmãos! Isso está claro, preciso, por isso, com certeza absoluta – estou encaminhando como vereador – de que a nossa bancada votará contra esse projeto de lei. Um abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/20.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Meus colegas, meus amigos vereadores, estou ouvindo com muita atenção, mas cada vez fico mais preocupado. O que nós mais comentamos na política, lamentavelmente, é que nós temos obras inacabadas de um governo para outro; isso tem que ser analisado. Rombos financeiros de um para o outro, para o seguinte; projetos inacabados; promessas feitas, como foi o caso de jamais aumentar o IPTU e foi aumentado neste governo. Isso é um calote, isso é

um calote na previdência do Município. Eu só vejo “se”, “mas o prefeito não mandou isso, mandou aquilo”, eu não tenho que analisar esse aspecto, eu tenho que ter convicção. A política, lamentavelmente, não é de convicção, é de promessas, de ficção. O que mais se fala é “vou deixar para o outro, vou empurrar para o outro”. Gente, eu respeito os meus colegas, por isso a democracia é boa, sou sempre a favor da democracia porque ela tem muitas opiniões. Eu estava pensando, tenho certeza de que não vou contrariar os meus colegas, mas tenho certeza de que, seguindo a minha convicção, vou votar “não” a esse calote, para não empurrar para outros pagarem, para não adentrar a outros mandatos e prejudicar toda a Porto Alegre, porque ninguém sabe para onde vai esse dinheiro. Todos responderam: “ah, “se”, “mas”, mas ninguém sabe para onde vai o dinheiro, deixa no seu lugar porque muitas previdências neste País já quebraram por má administração ou se locupletaram nos governos municipal, estadual ou federal, portanto, vou votar “não”. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PCLE nº 007/20.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, Luiz Afonso, Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras. Eu ouvi atentamente todos os argumentos de todos os vereadores; individualmente todos têm razão. Agora, eu só queria lembrar de alguns fatos e por isso eu quero defender a minha coerência. No final do governo Fortunati, nós fizemos com que ele antecipasse receitas que seriam do próximo governo, do atual, para pagar o 13º dos servidores. Então, eu não estou entendendo muito a oposição que não quer ajudar a pagar o 13º dos servidores. Pelo que eu vejo, a Prefeitura não terá recursos para chegar até o final do ano com o salário e com o 13º em dia. Então, nós temos que ter uma coerência. Nós antecipamos os recursos que seriam para este governo receber e o fizemos nos últimos dois meses do governo Fortunati. Votamos a favor, a oposição votou a favor e pediu junto com todos para que o Fortunati fizesse essa antecipação. E eu vejo que, nesse empréstimo do Previmpa, não tem como dar calote, o Previmpa vai receber porque quem vai dever não é o Nelson Marchezan Júnior, é a Prefeitura de Porto Alegre. A Prefeitura de Porto Alegre somos todos nós que queremos que os servidores recebam em dia e também queremos que o Previmpa não quebre nunca; não pode quebrar porque, se não os aposentados ficam sem receber. Então, eu não vejo problema de calote nenhum. Pode dizer que antecipa receita para esse prefeito, esse prefeito... eu não vou discutir essa parte, eu quero só justificar a minha coerência. Eu votei a favor do governo Fortunati para que os servidores pudessem receber o 13º e o salário em dia. Vou votar a favor deste projeto também pensando nisso, nos servidores, no 13º e nos salários em dia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/20.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Obrigado. Primeiro quero fazer algumas argumentações, ouvindo principalmente os dois últimos oradores, o Ver. Cassiá e o Ver Cecchim. Dizer o seguinte: o Ver. Cassiá traz uma questão importante da política, que é a relação da confiança, e o atual prefeito quebrou todas as regras de confiança com o mundo político e com este Legislativo Municipal. Bom, e esse projeto não traz nenhum elemento que restabeleça essa confiança. Primeiro, Ver. Cecchim, quando nós aprovamos, no ano passado, o orçamento para este ano, ele apresentava inclusive superávit. Está tendo um conjunto de problemas? É verdade. Agora, será que ele deveria ter gastado os R\$ 37 milhões com comunicação e não pensado em guardar esse dinheiro para pagar o funcionalismo, como o senhor alega? Ou será que não poderia ter feito alguns arranjos? Na última segunda-feira eu apresentei no período de Comunicações, os mais de 300 lixões distribuídos pela cidade e a indústria do lixão que a Prefeitura implementou, ou seja, os recolhedores de lixo cobram para retirar o lixo dos pátios das casas, põem no lixão e a Prefeitura paga as empresas para irem retirar. O custo com o recolhimento do lixo em Porto Alegre, neste ano, é de R\$ 320 milhões. Será que só essa parte não daria uns R\$ 20 milhões? E por aí vai. Nós estamos aqui justificando a incompetência de um governo que perdeu R\$ 127 milhões, Ver. Cecchim, que foram justamente anunciados pelo prefeito Fortunati, em 2014. Recurso que veio do governo Dilma para fazer o saneamento do arroio do Passo d' Areia, na sua região, na Zona Norte; e, na minha região, na Zona Sul, o saneamento da Ponta Grossa. Há poucos dias eu vi o Ver. Wambert discutindo com a comunidade o problema do saneamento. Ver. Wambert, para o saneamento dali, já veio recurso e o governo Marchezan perdeu R\$ 127 milhões, neste ano em que nós estamos. E, há poucos dias, todos vocês ouviram, quem pé que não ouviu na imprensa os mais R\$ 60 milhões perdidos pelo governo municipal? Então, não tem nada a ver alhos com bugalhos. O que tem a ver é o seguinte: dinheiro ganho perde e depois tenta retirar dinheiro de onde não está autorizado a retirar, ou não está autorizado a não pagar as contas. E vejam só, os conselhos, as estruturas, Cassiá, quando são montadas, é por lei, é para cumprir a lei e estabelecer confiança. Quando foi montado o conselho do Previmpa, se aprovou uma lei dando legalidade para ele ser autorizativo. O Conselho do Previmpa já se manifestou, negando essa possibilidade com a Prefeitura. Se o prefeito tivesse sentado com o Previmpa, negociado, organizado, feito o diálogo, mas não dialogou com o Previmpa, não dialoga conosco e, agora, com o discurso de resolver o ano, de fechar os pagamentos do ano, vai deixar a dívida do Previmpa para os outros pagarem, porque esse prefeito, dificilmente, continuará. Então, eu não vejo como... Eu participei da audiência, assim como um conjunto de outros vereadores. Só teve uma fala defendendo esse projeto de lei, o PLCE nº 007/20, que foi a da Secretária da Fazenda do Município, a da representante do Município foi a única fala que teve. Não ouvi a fala do líder do governo, não ouvi outras falas justificando para poder convencer. E a audiência pública é para debater, é para ouvir a cidade, e todos os interessados, nesse tema, se

posicionaram contrariamente, 95%. Seguirei a recomendação da audiência pública, votarei contra. Muito obrigado. Um abraço Luiz Afonso.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação O PLCE nº 007/20. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde colegas, apesar de ser municipalista - eu sou professor concursado e, atualmente, licenciado do Município de Porto Alegre - eu não vou fazer uma fala corporativista. Eu posso ser prejudicado, caso haja algum tipo de déficit no futuro no Previmpa, que é um sistema bem defendido, o Sistema de Previdência dos Servidores Públicos, pelo Ver. Aírto Ferronato, que é uma pessoa que entende da área. Vou fazer a minha fala no sentido de trazer alguns dos colegas à racionalidade e, de certa forma, a um certo pragmatismo. Primeiro, o Ver. Cecchim pontuou que houve a antecipação, no último ano do governo Fortunati, dos recursos do IPTU. Isso é verdade, nós, como Câmara de Vereadores, atuamos justamente para possibilitar esse adiantamento de recursos que o candidato eleito Nelson Marchezan Júnior não queria. Ele negava a possibilidade e, inclusive, ameaçou entrar na Justiça, para que não houvesse a antecipação dos recursos do IPTU para pagar o 13º dos funcionários, porque ele não queria que a sua gestão começasse com ônus, com uma dívida do governo anterior. Ele não achava isso correto. Agora está propondo, exatamente, a mesma coisa: pedalar as dívidas do Previmpa para cinco anos futuros, não apenas para uma gestão, mas para duas gestões subsequentes. Destaco que há a possibilidade de fazer, novamente, o adiantamento de recursos do IPTU para quitar o 13º salário dos servidores do Município, a mesma prática adotada pelo governo anterior pode ser efetuada pelo prefeito Nelson Marchezan Júnior. Então, essa desculpa é esfarrapada, e eu já aviso aos colegas - nós temos o Ver. João Carlos Nedel, que é entendido em finanças, há muito tempo trabalha na CEFOR - que esse projeto vai gerar mais ônus, porque se embutem juros sobre essa dívida. E o Ver. Valter, apesar de apoiar a votação desse projeto, apesar de dizer que vai votar favoravelmente, concorda que, dos R\$ 70 milhões estimados, essa dívida pode se transformar em R\$ 100 milhões. Senhoras e senhores vereadores, não seria muito mais racional, coerente e melhor para as contas, para o caixa do Município de Porto Alegre pensar em pagar o 13º salário com a antecipação de recursos de IPTU do que pagando juros? Os juros é um dinheiro que tu não tens no caixa, e que vais estar colocando a maior dentro das despesas orçamentárias do Município, e, na antecipação, tu apenas recolhes, antes do tempo devido, determinadas cifras. Então, acredito que nós estamos entrando numa vereda muito complicada. Certo? Muitas das bancadas que têm representação dentro desta Casa Legislativa têm propostas para governar Porto Alegre. Nós temos, se não me falha a memória, 14 pré-candidaturas. Não é correto que a Prefeitura não preste contas, não diga onde está aplicando os recursos do caixa, inclusive não preste contas sobre os

recursos que nós, vereadores, devolvemos para o Executivo e pedimos que fossem utilizados para a alimentação das famílias vulneráveis, nesse período, e para a aquisição de kits de testagens, para que nós pudéssemos fazer sondagens em massa e ajudar no controle dessa pandemia. Não tem prestação de contas. Para onde está indo esse dinheiro? Trinta e sete milhões de reais foram para publicidade. E aí, vamos abrir mão de setenta milhões de reais? Vamos colocar na conta de um próximo governo? Vamos deixar de devolver para o Previmpa para colocar em mais propaganda? Não é correto. Se houvesse lisura na utilização dos recursos públicos, se houvesse transparência nos atos do governo, eu poderia dialogar com o Executivo. Mas com um Executivo que não dialoga com a Câmara, que não dialoga com a sociedade, eu não posso ser irresponsável a ponto de colocar esse cheque em branco na mão do Prefeito Nelson Marchezan Júnior, que já me provou, diversas vezes, que não é uma pessoa responsável na utilização das verbas do caixa único da Prefeitura. Esse recurso, R\$ 70 milhões, não irão, necessariamente, para pagar folha salarial. Não irão!

Com relação ao pagamento, à devolução para empresas do transporte público, desculpem-me, os empresários que diminuem a sua margem de lucro. Dentro do contrato que foi feito, 6% da arrecadação é pró-labore para empresário, então que diminuam suas margens. Aqueles colegas que são liberais sabem que quem investe em empresa, quem é empresário está jogando no mercado com ônus e com bônus. O bônus ele ganha, o ônus faz parte do processo de empreender. Então, se estão tendo prejuízos nesse momento, que arquem com esse prejuízo, que diminuam a sua margem de lucros e que paguem os seus funcionários. É assim que funciona o mundo corporativo. O que não podemos aceitar é que o prefeito aja com irresponsabilidade, transferindo uma dívida que é sua para outro governo ou para outros governos pagarem, ainda mais sob juros. Portanto, peço o apoio das diferentes bancadas para nós barrarmos esse projeto de lei. Se o prefeito tiver dificuldades em quitar a folha salarial e o 13º, eu serei favorável a antecipação de recursos do IPTU por parte dessa gestão. Um forte abraço a todos e que sigamos nos nossos encaminhamentos.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 007/20.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Boa tarde colegas e a todos que estão nos assistindo. Estava ouvindo, com atenção, as falas de todos vocês e acho que há alguns pontos relevantes nessa discussão. Primeiro, eu sempre fui independente, desde o início do meu trabalho aqui na Câmara, e, como independente, votei a favor de boa parte dos projetos, senão todos, de reformas estruturais que mexeram em carreiras e na previdência no primeiro ano do governo Marchezan. Ocupei uma cadeira na CEFOR, desde o princípio do mandato; então, a Comissão de Finanças e Orçamento sempre foi uma presença na minha atuação. A minha pós-graduação também foi na área de finanças, é um tema que gosto, que estudo bastante. Na

apresentação da LDO deste ano, na CEFOR, a Prefeitura trouxe alguns dados relevantes para essa discussão que estamos fazendo. O primeiro deles é que a Secretaria da Fazenda nos trouxe uma projeção de superávit, no resultado do Tesouro para 2020, de cerca de R\$ 20 milhões. Ao que tudo indica, a Fazenda já estima um superávit neste ano. É importante destacar - o Ver. Nedel colocou e outros vereadores também trouxeram os dados - que as projeções de déficit que nós tivemos em 2017, 2018 e 2019 eram muito maiores do que efetivamente foi realizado. Na verdade, as projeções que a Prefeitura trouxe, ao longo dessa gestão municipal, sempre superarão, praticamente, o dobro da média dos déficits em anos anteriores. Então, nesse ano de 2020, existe um superávit projetado de R\$ 20 milhões. É preciso, também, colocar em conta que foi anunciado, na semana, algumas dezenas de milhões de reais entrando, como receita, através da comercialização de índices construtivos; nós temos, também, por volta de R\$ 33 milhões de acréscimos na arrecadação do IPTU por conta do aumento aprovado. Essas falas, relativas à possibilidade de antecipação de IPTU, acho que são muito acertadas, é uma possibilidade, e a Câmara, inclusive, pode colaborar, na medida em que isso vier para a nossa decisão, para que nós, efetivamente, não precisemos arcar com esse pagamento de juros. Também, acho que, até o final do ano - e somo-me a outros colegas vereadores que colocaram esses termos -, nós ainda temos a possibilidade de exercitar a captação de receitas e reduzir algumas das nossas despesas, quer seja pela não execução daquilo que está previsto no orçamento, os R\$ 35 milhões em verbas de publicidade, quer seja por outras contas que a própria pandemia acabou frustrando o gasto. É preciso lembrar, também, que, na apresentação da Fazenda, na CEFOR, a gente viu que a frustração da receita tributária do Município, oriunda da pandemia, foi muito menor do que se esperava. Porto Alegre saiu muito melhor do que se imaginava em termos de arrecadação, mesmo na pandemia. Os empreendedores sofreram bastante, mas a Prefeitura não sofreu assim. Além disso, recebeu repasses de outros entes federativos para ajudar nesses gastos. E, pelo que a gente pode acompanhar até os últimos meses aí, não tivemos liquidação de valores significativos daquilo que foi repassado.

Então, eu fico extremamente desconfortável de me colocar numa posição de avaliar um governo municipal de colocar a mão na previdência do Município, no Previmpa, que é um sistema capitalizado, que, em tese, atuarialmente está funcionando bem, tem um equilíbrio. Colocar isso em potencial risco de desequilíbrio para uma necessidade de caixa, que não se provou ainda que exista e que também não se aponta, no próprio projeto, para onde será destinado...

Vários vereadores, inclusive o Ver. Nedel, que também foi mencionado por há muito tempo trabalhar na Comissão de Finanças e Orçamento, já trouxeram para nós que não temos no projeto uma sinalização de aplicação desse recurso. Além disso, existe uma sinalização aí, pelo menos de bastidores, pelo que o Nedel comentou, de uma parte desse dinheiro ir para o sistema de transporte coletivo da cidade, que eu entendo que está, sim, sofrendo um momento bem delicado da pandemia e precisa ofertar mais ônibus para que a gente possa voltar a trabalhar, voltar a ter uma vida normal no nosso dia a dia, conforme a pandemia passa.

Em todo caso, enquanto independente que sou e votei a favor das reformas, porque eu entendo da importância do equilíbrio fiscal e da responsabilidade fiscal, eu não estou convencido de que esse projeto, nos termos em que foi apresentado, atenda a melhor lógica de gestão dos recursos da própria Prefeitura. Até apresentei uma primeira emenda que coloca aí uma obrigação à Prefeitura de já apontar no seu próximo orçamento as previsões de, justamente, devoluções e ônus financeiros relativos a esse uso de recurso. Aí a gente já tem uma previsão orçamentária de como é que vai ser manuseado esse dinheiro, coisa que aqui também não consta.

Acho importante esse debate sendo feito por todos os colegas vereadores e bancadas porque necessariamente nós estaremos falando sobre a próxima gestão, que não sabemos de quem será, entrando já com uma dívida feita, que impactará no fluxo de caixa e eventualmente significará greves na cidade no início da próxima gestão também. Por isso deixo a minha contribuição inicial aqui, agradeço a atenção de todos e vamos seguir debatendo.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Camozzato. Informo ao Sr. Presidente que até este exato momento não há mais inscrições para encaminhamento da votação da matéria.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Então, começamos, de imediato, com a votação propriamente dita. Solicito à V. Sa. que comece, pela Emenda nº 01, a colher os votos dos Srs. Vereadores.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 007/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 32 votos **SIM**, 01 voto **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Declaro aprovada a Emenda nº 01 ao PLCE nº 007/20.

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB):** Cumprimento o Ver. Camozzato pela emenda e votei “sim”!

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** De imediato, passamos à Emenda nº 02.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 02 ao PLCE nº 007/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 26 votos **SIM**, 05 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Face ao resultado da votação, declaro aprovada a Emenda nº 02 ao PLCE nº 007/20.

De imediato solicito que inicie a coleta de votos da Emenda nº 03.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 03 ao PLCE nº 007/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**, 20 votos **NÃO** e 02 **ABSTENÇÕES**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Declaro rejeitada a Emenda nº 03 ao PLCE nº 007/20.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Acho que essa emenda acaba legitimando a ideia de parcelamento, na verdade, a ideia de calote, e eu acho ruim, não ajuda a combater o projeto, portanto votei “não”.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 04 ao PLCE nº 007/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 02 votos **SIM**, 29 votos **NÃO** e 02 **ABSTENÇÕES**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Eu acompanhei o voto do autor, que entende que decorreu o prazo e a emenda ficou prejudicada, por isso votei “não”.

Declaro rejeitada a Emenda nº 04 ao PLCE nº 007/20 e, ao mesmo tempo, louvo o autor que, em tempo hábil, demonstrou que ela se desgastou no tempo.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Se uma lei não pode retroagir, uma emenda também não pode retroagir a maio, por isso votei “não”.

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM):** Como eu vi que tinha erro nesta emenda, pela prejudicialidade do tempo, troquei de “abstenção” para “não”.

**VEREADOR RICARDO GOMES (DEM):** Eu apresentei esta emenda quando o projeto começou a tramitar, obviamente perdeu o sentido com o passar do tempo, por isso votei “não”.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 05 ao PLCE nº 007/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 01 voto **SIM**, 32 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Declaro rejeitada a Emenda nº 05 ao PLCE nº 007/20.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Votei “não” porque não diz respeito a este projeto.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Votei “sim” porque diz respeito, sim, trata-se de servidor que tira licença para fazer cursos, ele sai sem receber por dois anos, e, se não concluir o curso especializado, pós ou doutorado, em dois anos, tem direito a mais dois, sem perda, isso aconteceu com um projeto anterior, e nós votamos favoravelmente, inclusive, o Adeli votou. Por isso votei “sim”.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Concordo com o Ver. Adeli, o teor desta emenda não tem nada a ver com o tema, por isso votei “não”.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Diretor, lamentavelmente, darei esta notícia aqui porque temos muitos amigos em plenário. Acaba de falecer o jornalista Fernando Vieira, coordenador da Festa Nacional da Música, de um infarto fulminante. Estava em Bento Gonçalves tratando desse evento. Lamentavelmente, é uma tristeza muito grande. Muito obrigado.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Fico transtornado com essa notícia, era uma pessoa amiga de todos nós. Solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Fernando Vieira.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** A homenagem justificada a essa pessoa amiga de todos nós, grande destaque, grande ativista cultural, Porto Alegre vai chorar a sua ausência. Lembrança de grandes festividades das quais ele era um dos organizadores. Por isso eu faço essa referência, inclusive o Vieira era nosso Cidadão Emérito – não lembro quem propôs, acho que foi o próprio Bosco, e a Casa unanimemente aprovou na ocasião, porque ele era um homem superior às nossas divergências políticas e, evidentemente, mereceu a homenagem do Ver. João Bosco, a quem eu me solidarizo na hora, soube propor naquela ocasião. Mas como ele diria aqui, a música continua, a festa continua, a vida continua e a nossa votação tem que continuar.

Peço ao meu querido diretor legislativo da Casa, que tanto tem nos servido, que, por gentileza, colha os votos dos Srs. Vereadores a respeito do projeto, que não precisa ser enunciado, pois todos sabem o que estão votando.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLCE nº 007/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 15 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Declaro rejeitado o PLCE nº 007/20.

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Primeiro, rapidamente, gostaria de lamentar o falecimento do Fernando Vieira; o Ver. João Bosco Vaz foi o proponente do Título de Cidadão Emérito de Porto Alegre, eu era, na época, presidente da Casa, e nós entregamos lá numa festividade da Festa Nacional da Música, realmente uma perda lastimável; o Fernando vai fazer muita falta na vida da nossa Cidade, do nosso Estado e do nosso País.

Em relação ao projeto que estamos votando, por coerência, nós aprovamos projeto idêntico, em 22 de dezembro de 2016, o projeto 13/2016, que previa a mesma coisa. Eu já era vereador, aprovei esse projeto, e, por coerência, não poderia votar diferente do que votei lá em 2016. Portanto eu voto “sim” para que o governo tenha caixa, e o caixa não é para o governo, o caixa é para cumprir com as obrigações que a Prefeitura tem com a cidade de Porto Alegre. Por isso o nosso voto “sim” neste momento.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Hoje os jornais anunciam que entrou, ontem, no caixa da Prefeitura, R\$ 25 milhões de índice construtivo que não estava previsto; o conselho do Previmpa não foi ouvido, foi desrespeitado. Esse projeto, além de tudo, é inconstitucional, e o prefeito não tem a confiança suficiente. Votei “não”.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Eu já falei no pronunciamento, e agora me sinto contemplado com o pronunciamento do Ver. Cassio Trogildo; pela coerência, votei “sim”.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Eu não seguirei o líder da minha bancada, porque eu assisti, na audiência pública, o Conselho de Administração do Previmpa. Votei “não”.

**VEREADOR MAURO ZACHER (PDT):** Pela falta de transparência, eu votei “não”.

**VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PTB):** Eu acompanho a orientação do meu partido e votei “sim”.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Muito bem fez a Ver.<sup>a</sup> Lourdes, escutando o conselho do Previmpa; os que vão votar depois de mim, votem “não” também, e vamos evitar que os servidores sejam desrespeitados. Votei “não”.

**VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM):** Sou coerente, acompanho o voto do líder do Partido Trabalhista Brasileiro, porque se, em outras circunstâncias, votei projetos iguais favoravelmente não é porque a assinatura do proponente me desagrade que eu vou deixar de votar a favor do projeto nesta hora. Votei “sim”.

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM):** Quero trocar o meu voto, quero acompanhar o meu Presidente Reginaldo Pujol e quero votar “sim”. Troco o meu voto de “não” para “sim”.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Julgo que com isso nós estamos cumprindo mais uma disposição que há mais tempo temos alardeado. Esta é uma Casa onde as coisas são decididas, a favor ou contra. Eu fui derrotado neste momento, e cumprimento aqueles que foram vitoriosos. Todos nós contribuimos para comprovar que a Casa do Povo de Porto Alegre toma as suas decisões pela cabeça dos seus integrantes e não por qualquer outra razão.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Tive um problema de conexão. Qual foi o resultado?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O resultado da votação foi 15 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**”.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 18h16min:** Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0001/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 001/20**, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que obriga os edifícios de uso público e coletivo do Município de Porto Alegre que possuam ambientes com ar interior climatizado artificialmente a disporem de Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) de seus sistemas de climatização. **(SEI 014.00027/2020-41)**

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão da Pauta.

Agradeço a presença de todos. Convoco os senhores vereadores para amanhã, às 14h, realizarmos a nossa sessão ordinária. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h17min.)

\* \* \* \* \*